



MANIFESTAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SÃO PAULO E DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONDECA - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SP

Há algum tempo a Sociedade Civil organizada tem denunciado a situação do CONDECA no que diz respeito a atitudes sistemáticas do Poder Público, que estão por inviabilizar a gestão democrática deste Conselho e, por conseqüência, uma ação conjunta e eficaz voltada para a Criança e o Adolescente deste Estado. Contradiz assim uma tendência constitucional de "democracia participativa". Este Governo não tem respeitado os mínimos princípios democráticos: todas as suas ações, na área da Criança, são preparadas a quatro paredes e apresentadas, de súbito e de modo triunfalista, repetindo a demagogia, o autoritarismo, o fisiologismo e o clientelismo dos governos anteriores. São os chamados "Projetos de Impacto". Assim o fez, por exemplo, no seu programa de reorganização das estruturas de ensino, assim o faz com seu programa "Criança Legal". Jamais se fez qualquer consulta ao CONDECA, jamais se respeitou qualquer posição deste Conselho a respeito, embora seja competência do Conselho estabelecer as políticas de atendimento à Criança e ao Adolescente.

A representação da Sociedade Civil no Conselho tem sofrido constante embate com o Poder Público que insiste em manipular todas as ações em consonância com os próprios interesses político-partidários. Na primeira eleição da mesa diretora, valeu-se de todos os artifícios para eleger o único representante da Sociedade Civil do mesmo partido do Governo, o atual candidato a vereador Luiz Ferretti, passando por cima do candidato apresentado pela Sociedade Civil. Durante toda a sua gestão defendeu unicamente os interesses do Governo; no início, mais moderado e camuflado, no final, de forma declarada e ostensiva.

Eis algumas das atitudes equivocadas do então presidente do Conselho:

- defendeu que o Conselho não deve ter poder deliberativo, contrariando o ECA no seu artigo 88;
- acusou a Sociedade Civil de "golpista" porque votou pelo adiamento da implantação do referido projeto de "reestruturação" física da rede escolar para 1997, objetivando possibilitar uma discussão ampliada com a população, conforme o ECA determina;
- deixou a presidência (por ser candidato a vereador) sem comunicar antes ao Conselho, comunicando, sim, ao governo, o que mostra seu atrelamento político;
- não deu nenhuma contribuição para com o trabalho junto aos Conselhos Municipais e chamou os Conselheiros da Sociedade Civil de "insanos" por proporem um Encontro Estadual para Conselhos Municipais DCA.

Na segunda eleição, apelou-se ao "acordo de cavalheiros", segundo o qual a presidência da mesa diretora seria um ano da Sociedade Civil e outro do Poder Público, para que o mesmo grupo continuasse a manter os mesmos interesses.

A Sociedade Civil, procurando viabilizar as ações do mesmo, cedeu sempre em tudo. Na primeira permitiu que o presidente fosse eleito por menos de dois terços dos votos (exigência do Regimento Interno) para não prolongar o impasse. Na segunda eleição chegou-se a aceitar a presidência pelo Poder Público,

Sede do Fórum Estadual DCA: Inspetoria Salesiana - Dom Bosco
Pça. Cel. Fernando Prestes, 233 - Bairro da Luz
São Paulo - SP CEP: 01124-060 tel/fax: 228-7999

desde que se colocasse alguém que estivesse desde o início desta gestão, uma vez que as pessoas apresentadas eram conselheiros recém indicados pelo Gabinete do Governador. O Poder Público foi sempre intransigente.

A Sociedade Civil, não concordando com esta imposição e, ao mesmo tempo, não querendo inviabilizar os trabalhos do Conselho, retirou-se parcialmente da reunião de modo a que apenas os votos do Poder Público fossem suficientes para eleger seu presidente. Para não ser mais uma vez um instrumento útil nas mãos do presidente, a Sociedade Civil não apresentou nenhum candidato a Vice-presidente e nem a Secretário. Assim, toda a mesa diretora é hoje do Poder Público. No início mostraram-se surpresos com esta decisão e questionaram a paridade, unicamente por medo de algum impedimento legal. Quando a Sociedade Civil explicou que tal atitude era apenas para viabilizar os trabalhos do Conselho, os representantes do Poder Público aceitaram prontamente a posse de toda a mesa diretora, ainda com aplausos! Não se deram conta da falta de ética em que estavam incorrendo.

Se o problema fosse apenas a falta de democracia participativa e o Conselho tivesse podido realizar alguma ação voltada efetivamente aos direitos da Criança e do Adolescente, valeria ainda a pena. Aí está a chave da questão: é um Conselho que não cumpre o papel primordial, a saber, "traçar e controlar políticas públicas" uma vez que **não delibera** (foi desqualificado pelo governo em DOE pela PGE - parecer 919/95), e **nem "gerencia o Fundo Estadual"**, retido até hoje na burocracia administrativa do Estado. Há subjacente um movimento para transformá-lo em um Conselho de fachada, legitimador da autocracia do executivo.

Do ponto de vista governamental, prevaleceu sua vontade, sem diálogo com a Sociedade Civil. É o modo de governar da atual administração estadual.

Neste momento cabe à Sociedade Civil exatamente aquilo que o governamental não tem, sua pluralidade, organização e o respeito que todos os Conselhos Municipais DCA, Fóruns DCA, Entidades e Movimentos possuem por nós, Conselheiros eleitos pela Sociedade Civil, pelo trabalho coerente, participação efetiva e afetiva, ética política e dignidade na luta pela **nossa prioridade: as Crianças e os Adolescentes do Estado de São Paulo, e não pelo poder.**

São Paulo, julho de 1996

FÓRUM DCA SÃO PAULO